



**Acta da Sessão Ordinária da  
Assembleia Municipal do Concelho  
de Figueira de Castelo Rodrigo,  
realizada no dia vinte e oito de Abril  
de dois mil e onze**

-----Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e onze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada de acordo com o n.º 1, do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----O Senhor Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. -----

-----Ao efectuar a chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados: -----

----- - Manuel dos Santos Guerra; -----

----- - Feliciano Pereira Martins; -----

----- - Carlos Alberto de Almeida Simões; -----

----- - Sérgio Antunes Alverca, Presidente da Junta de Freguesia de Cinco Vilas; -----

----- - Francisco Leal Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Reigada; -----

----- - Tomás Monteiro Gouveia, Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa; -----

----- - Mário Daniel Carneiro André, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Amargo. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comunicou a justificação dos Deputados: Sérgio Antunes Alverca, Presidente da Junta de Freguesia de Cinco Vilas e de Mário Daniel Carneiro André, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Amargo por motivos profissionais. -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “  
Vamos dar início a esta sessão da assembleia municipal.” -----

-----1- **Período Antes da Ordem do Dia:** -----

-----1.1. **Leitura, Apreciação e Aprovação da Acta da Sessão de 25 de Fevereiro de 2011.** ---

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

“Vou colocar à votação a acta de 25 de Fevereiro de 2011. Colocada à votação foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Nelson Rebolho Bolota e de Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal uma vez que não estiveram presentes nesta sessão da Assembleia Municipal.”-----

-----Estamos no período antes da ordem do dia, mas antes de abrir a discussão aos membros presentes para exporem e comunicarem algum assunto importante à assembleia, gostaria de falar sobre o tema do Colmeal para informar que apesar da Comissão nunca ter reunido devido a alguns condicionalismos por parte dos elementos que a compõem, pois um deles deixou de fazer parte e outro não se encontrava disponível com a regularidade necessária para podermos reunir, o que irá ser resolvido de imediato, pois proponho a extinção desta composição e passo a nomear o Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal e o Dono do Colmeal, para integrarem a nova constituição da comissão, mas asseguro que já houve alguns desenvolvimentos, designadamente um contacto com o actual herdeiro e dono do Colmeal que mostrou interesse em resolver a situação.” -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, os elementos da Mesa, os Deputados Municipais aqui presentes e excelentíssimo público. Quanto ao Colmeal eu gostava de ter a oportunidade de esclarecer a Comissão e o Senhor Presidente de alguns factos que aconteceram ou não e de corrigir alguns disparates pronunciados sobre o assunto, porque em boa verdade dá-me a ideia que o Senhor Presidente nunca leu a sentença relativa a este processo.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Eu tenho o documento elaborado pelo Dr. Vermelho do Corral que é uma peça extraordinária que obedece a todos os pormenores, quer como autor quer pelo o que está aí.” -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Está bem Senhor Presidente, mas pelo facto de ser um conhecedor do tema não quer dizer que não faça algumas confusões e o seu trabalho não contenha certas incertezas e imprecisões, pois

já o disse aqui tantas vezes mas parece que as pessoas não querem acreditar, para lerem a sentença sobre o processo do Colmeal a qual se encontra no tribunal e vejam como este foi despejado e nunca ninguém se importou que as terras fossem privadas, mas acontece que entretanto encontrei na conservatória um documento que comprova que até 1938 nunca houve nenhum contrato de arrendamento sobre aquelas terras, mas as cláusulas deste eram de tal maneira exigente nas quantidades de produtos a entregar como trigo, centeio, azeite, batatas, entre outros, que esperava que a maioria deles não o cumprisse, tanto que em 1954 quando foram despejados tinham conseguido pagar 10% dos 25mil que tinham em dívida a nível do centeio, assim como com a madeira das matas das Cinco Vilas que começaram a tirar receitas quando o prazo estava a terminar para entregar as terras, por isso passou-se alguma coisa que não bateu certo e mais, se vocês consultarem o registo predial que está no processo não vai coincidir com o que está na Conservatória pois os artigos não são os mesmos e a sentença também não tem registo, e então eu fui buscar uma certidão de 1908 que anulou a que foi para o tribunal, isto para poder instruir e registar tudo nesta data porque era genérica, indicando quais eram os artigos e então desencadeei um processo de legalização em comum com todos os proprietários e, foi assim que se conseguiu a legalização. Agora o azar dos herdeiros é que efectivamente o processo foi arquivado uma vez que a acção não foi contestada, mas também só deram dois dias para arranjar um advogado, tanto que a leitura da sentença efectua-se no número da matriz e não no número dos artigos da conservatória, o que é grave, pois o juiz tinha de averiguar se efectivamente existiam certidões com descendentes desses artigos, daí as confusões naturais com o registo predial, pois ele falava aqui na existência de duas matrizes, mas também não sabe distinguir qual a diferença entre matriz e uma inscrição na conservatória, porque efectivamente o que havia eram duas inscrições, em que foram descobrir uma de 1908, a qual indicava por alto as confrontações e, neste sentido penso que o ideal seria anular a que foi para o tribunal e, averbar as causas que de facto estão na sentença, mas assegure-lhe que nem a Igreja Matriz nem a Casa da Junta fazem parte da sentença, assim como tudo a que se refere os artigos 270 e 271, então se estes não faziam parte da sentença nunca fariam parte os proprietários. Assim estes dois artigos e outro que era do Dr. Antero Vilhena não fazem parte da sentença, por isso existem três artigos nessas circunstâncias, uma vez que a Igreja Matriz pertence à Fábrica da Igreja, a Casa da Junta já está registada na Conservatória como sendo da Junta de Freguesia e o

outro artigo é de descendentes vários e, portanto tudo aquilo é privado é um facto, além de que existem três lugares com rua, pois que eu tenha conhecimento não existe nenhuma quinta com ruas mas com caminhos, mas existem lá mais casas a confrontarem como ruas. Neste sentido permita-me discordar em alguns aspectos de V. Exa., mas na verdade isto não tem nada a ver com história, aliás eu concordo inteiramente consigo, com o Senhor Presidente, com o Senhor Padre, mas eu quero o dono do Colmeal sentado connosco e também queria que a comissão o chamasse para reunir com ele, porque neste caso para se conseguir fazer alguma coisa tem de se ter a concordância deste, uma vez que as Casas dos Cabrais pertencem ao dono da quinta e, se ele não quiser vender ou não estiver predisposto a negociar connosco algumas das coisas que lá tem, é obvio que não podemos actuar, mas existem outras em que se pode valorizar tal como a Igreja Matriz, e mesmo o chafariz comunitário é discutível, porque neste momento estão quatro proprietários a servir-se dele, mas será público uma vez que servia a população, e até que ponto o dono da quinta se poderá apoderar desse chafariz comunitário, não sei tenho dúvidas quanto a isto, mas a verdade é que abastece todos os proprietários porque é um abastecimento de rega e, que eu saiba não se pode negar o fornecimento de água a ninguém, isto é só para esclarecer porque é que gostava de apresentar todos estes documentos na Comissão, mas como esta foi extinta irei apresentá-los a quem de direito." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Eu tentei desenvolver vários contactos, no sentido de trazer o dono a esta Assembleia para prestar os esclarecimentos necessários, mas nunca consegui alcançar esse objectivo. " -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** " Eu já tenho essa informação, pois eu falei com o primeiro administrador da quinta depois do Senhor Engenheiro Jerónimo, e achei-o de difícil trato sendo praticamente impossível chegar a acordo com ele, mas o mesmo já não penso relativamente ao Senhor José Orlando que é uma pessoa muito simpática e que se comprometeu a entregar os santos e cumpriu, o que é prova da boa-fé, da seriedade e honestidade da pessoa e, também me disse que aquilo ia para o sobrinhos agora não sei, por isso convinha saber qual é o verdadeiro dono da quinta actualmente, para naturalmente se o Senhor Presidente da Câmara ou nós quisermos fazer alguma coisa no Colmeal contactamos quem de direito, porque a quinta agrícola tem dono, agora a Igreja Matriz e a Casa da Junta não pertencem, uma vez que existe uma sentença em que esses artigos não constam, portanto não estão atribuídos." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**  
“ Ainda bem que o Dr. Teodoro já está seguro de muitos factos, porque assim torna-se mais fácil.” -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Eu nunca falaria aqui da Igreja Matriz se não tivesse a certeza absoluta de que não pertenciam aos herdeiros, senão eles que a recuperassem, portanto temos ali um monumento que tem séculos em que só existem mais duas com as mesmas características, a de Belmonte e de Maçaínhas, por isso temos de a preservar ou com fundos comunitários ou com os seus próprios recursos, isso é uma questão a estudar, para isso é que se fez a Comissão e que agora se propôs a nova composição desta para no fundo se conseguir avançar, porque na minha opinião considero que realizámos um investimento no caminho e que se não tirarmos partido dele é um investimento desnecessário, por isso penso que se tem de avançar um bocadinho em cada ano, não tem de ser em quantias avultadas.” -----

----- **Marcos Gualter Quadrado Velho, Presidente da Junta de Freguesia de Algodres:**  
“ Boa-tarde a todos. O Colmeal continua a ser a pedra no sapato do concelho, mas parece que existem mais, porque actualmente todas as freguesias podem ser consideradas como tal e, eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente em que situação é que se encontra inclusivamente a câmara municipal e a organização das freguesias, pois pretendia ter um esclarecimento sobre isso porque às vezes as pessoas perguntam-me e eu não tenho dados absolutamente nenhuns sobre isso. Obrigado.” -----

----- **Nelson Rebolho Bolota, Deputado Municipal:** “ Boa-tarde aos Membros da Mesa, ao senhor Presidente da Mesa, restantes colegas e Senhor Presidente. Eu queria cumprimentar a câmara municipal pela iniciativa que teve, a qual foi de âmbito nacional, em ter reduzido a iluminação nas ruas da vila em que eu perguntava se era para manter, porque a iluminação que está este momento serve perfeitamente e, é escusado estarmos a gastar tanto dinheiro. Queria apenas chamar aqui a atenção para os caminhos de terra batida e naturalmente as estradas também, pois penso que o mais importante seria nas explorações e nos cruzamentos que a iluminação teria grande importância, agora nos caminhos e terrenos das pessoas não tem qualquer fundamento existir iluminação e estarmos nós a pagar impostos, não tem nexó nenhum, acho que devíamos ter uma dotação quanto a esse aspecto. Muito obrigado.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Gostava apenas de alertar para uma situação, a qual está relacionada com os estragos causados pelos jipes e moto quatro nos caminhos por onde passam, que na minha opinião não respeitam as regras existentes, o que não está correcto.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “Muito obrigado, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, cumprimentando todos os Presidentes de Junta e demais público. Iniciava esta minha intervenção por agradecer o convite realizado pelo Senhor Presidente da Assembleia e comunicar que estarei sempre disponível para prestar toda a ajuda necessária e possível, como aliás tem vindo a suceder, na resolução do caso do Colmeal, ao longo de todo este tempo. Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Algodres gostaria imenso de lhe responder, mas não tenho grandes informações para lhe prestar sobre este assunto.” -----

----- **António José Lourenço Quadrado, Deputado Municipal:** “Boa-tarde a todos. Gostava apenas de esclarecer o Senhor Presidente da Assembleia sobre alguns estragos que são causados pelos passeios de moto quatro, jipes e isso. Eu de vez em quando gosto de participar e respeitar as regras, mas uma coisa é certa, existem pessoas que exageram provocando alguns estragos, só que em contrapartida também acontece o seguinte, na maior parte os caminhos são limpos e preservados à conta destes passeios, pois árvores que caem, muitas vezes ramos que partem e ocupam os caminhos e, de facto às vezes as pessoas tem mesmo necessidade em cortá-los ou afastá-los para poderem passar, caso contrário não se conseguiria. A alguns anos atrás como fazia parte dos escuteiros decidimos realizar a Via-sacra na Serra da Marofa, a qual estava completamente tapada com giestas e, era impossível fazer a peregrinação a pé, tanto que na altura andámos lá a cortar mato. Neste momento esse caminho não é arranjado, quando tem estado, mas também se foi arranjado já não terá sido há muito tempo, pois daquilo de que me tenho dado conta porque é um dos percursos que faço, mas já não está no mesmo estado em que estive em Novembro, em que tivemos a necessidade de cortar para podermos realizar uma actividade de Todo - o - Terreno. Agora existem regras mais ou menos definidas na prática desta actividade e, se as pessoas tiverem o cuidado de as respeitar não causam grandes prejuízos na natureza, mas se não as cumprirem convenientemente, penso que se deve fazer um reparo nessas pessoas, inclusive pedir-lhes responsabilidade. Na minha opinião a prática desta modalidade é benéfica, porque os caminhos não estão da forma como

estão se de facto as pessoas não fizessem estes percursos, tanto que eu muitas vezes nalguns sítios dou conta nesta época do Inverno que há árvores caídas e procedo à limpeza do caminho, portanto torno a dizer que nunca vi grandes exageros, tirando algumas excepções, mas nessas alturas vai ter de se pedir responsabilidades à organização dos passeios ou então as pessoas pelos danos causados, alertando também os Presidentes de Junta para estas situações, agora terminar com a prática do Todo-o-Terreno penso que não, pois torno a dizer que existem alguns caminhos que estão transitáveis porque ainda passam alguns grupos praticantes desta modalidade por lá.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

“ Julgo muitas vezes é que o prejuízo vem da razão bairrista do que da atitude no asfalto, mas está tudo bem.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:**

“ Esqueci-me de dar uma explicação ao Senhor Engenheiro Nelson Bolota, no sentido da nossa adesão à redução dos custos energéticos e dos consumos, mas a nossa ideia é racionalizar em vários sectores, só que temos tido aqui uma dicotomia que passa pelos Senhores Presidentes de Junta a solicitarem pedidos de energia para a iluminação de edifícios públicos, de arquitecturas, de ruas, de caminhos pedonais, de rotundas, entre outras, e os custos estão a aumentar com os consumos e, por outro lado os municípios e as freguesias estão a estender-se para outros lados sendo necessário ampliar mas não pode ser muito, pois nós neste momento temos mais do dobro das ligações que tínhamos à oito anos atrás, porque não existia luz na Serra da Marofa, no Convento de Santa Maria de Aguiar, nas Devesas, assim como iluminámos alguns caminhos de terra batida e empenhámo-nos nesse esforço para a ajudar as pessoas. Agora concentremo-nos em consumos futuros e a ideia passa pela sua racionalização e na colocação de relógios celulares em que se possa regular as iluminações todas para se desligarem à mesma hora da madrugada, em que teremos poupanças mais efectivas e, na iluminação dos caminhos batidos colocar só no princípio, meio e fim e não no caminho todo. Neste sentido os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim como todos nós temos de fazer um esforço para a sua optimização. Hoje em dia também existe a passagem de cabos e, nós tínhamos adequado logo o investimento a essa rede e não cobrávamos impostos a ninguém pela instalação da luz, pois se as pessoas fossem a fazer um pavimento térreo pagariam cerca de quinhentos euros, mas nós temos conseguido realizar essa ampliação sem

despender muito na rede, porque agora cada lâmpada tem mais durabilidade e menos consumo, mas em Castelo Rodrigo as linhas são muito compridas. Neste momento temos cinco ou seis ampliações solicitadas e algumas com um custo na ordem dos seis mil euros, quando às vezes é só para servir um pequeno agricultor, uma bomba de água, uma pequena casa de campo, um caminho, um clube de caça e pesca e, outras situações com esse fim, mas nalguns deles gostaríamos que o promotor pagasse uma parte, porém vamos aguardar, e estamos a tentar junto da EDP arranjar investimentos para que estes tivessem mais custos. Relativamente às ligações para usos domésticos e manutenção são eles próprios produtores que as tem feito, mas fizemo-lo nalguns casos aqui em concreto como nos castanheiros, porque o promotor pagou uma parte e verificámos ser importante apoiar a produção agrícola. Portanto, e apesar do esforço vamos começar a ligar as luzes, não obstante nestas duas semanas passadas observámos que apesar da iluminação ter sido reduzida a nossa segurança não foi posta em causa e, vamos começara a analisar situação a situação e resolver da forma mais eficaz. Quanto à iluminação nas estradas, a Associação Nacional de Municípios Portugueses está a trabalhar no sentido de que tudo o que seja cruzamentos e Estradas Nacionais o seu pagamento seja efectuado pelas Estradas de Portugal, mas na minha opinião esse esforço está a ser realizado." -----

-----**2- Período da ordem do dia:** -----

-----**2.1. Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Muito - obrigado Senhor Presidente. A actividade municipal tem prosseguido com regularidade onde se destacam iniciativas tais como a celebração da Festa da Amendoeira em Flor 2011, a participação nos Programas Televisivos “Praça da Alegria” e “Portugal no Coração”, a organização da exposição documental “ 70 Anos da Amendoeira em Flor”, organização da I.ª Feira de Produtos Regionais, dando a conhecer o que é nosso e que de melhor existe no nosso concelho, participámos na “ Festa do Almendro” na localidade vizinha de Freixeneda, houve o lançamento do guia turístico “ Sente e Descobre Figueira de Castelo Rodrigo”, coordenado pelo Daniel Gil ao qual lhe devemos dar uma saudação, pois está um trabalho muito bem elaborado em termos de concepção, imagem e fotografia, tanto

que a divulgação e a recepção das pessoas tem sido muito boa, colaborámos em diversos Passeios TT organizados por diversos Clubes TT do concelho, participámos na iniciativa "Parlamento dos Jovens" nas escolas, colaborámos na iniciativa "Vamos Limpar Portugal 2011", esta sim uma boa ideia, que já tem sido repetida noutras datas sem ser de comemoração, a qual tem resultado muito bem pois temos limpo muito lixeiras por aí espalhadas e, portanto deixo aqui este apelo aos Senhores Presidentes de Junta para conseguirem momentos destes nas nossas freguesias porque que nós também apoiamos e, mesmo as equipas de trabalho tem de se juntar a estas iniciativas quando elas existam, mas também aproveito esta ocasião para saudar o esforço que está a ser realizado no concelho em termos de plantação, pois se andarmos nas nossas estradas municipais e nacionais vimos olivais, amendoeiras, castanheiros, pomares, árvores de floresta novos, o qual é necessário empreender, uma vez que tínhamos terrenos arditos, abandonados e cheios de mato e aqui o meu apreço para com os proprietários, pois quem passeia pelo Côa e observa as quintas da Bela Vista e do Colmeal estão a ficar muito bonitas, além de que estão lavradas e plantadas por árvores consideradas autóctones, como a amendoeira e o castanheiro, iniciámos a requalificação do jardim do Largo Mateus de Castro e da regularização do piso do Parque Infantil de Figueira de Castelo Rodrigo, participámos na iniciativa Hora do Planeta e, continuam a bom ritmo as principais obras que pensámos no início do ano, o Mercado Coberto da Vila, o Centro Náutico em Barca de Alva e o Pavilhão Multiusos. Em termos financeiros, como sabem não temos a mesma capacidade, as dívidas a médio prazo são pagas regularmente, há cerca de dois três anos contraímos o empréstimo que tem em vista fazer face às obras começadas pelos fundos comunitários que afinal de contas nos atrasou e, portanto a situação financeira do Município é de alguma dificuldade face aos cortes que tivemos nas transferências de Estado, pois este cobrou mais impostos e transferiu menos verbas para os municípios, mas tirando isso as nossas finanças estão bem e, o que é preciso agora é realizar obras que nos permita sair desta situação financeira, para podermos lançar novas obras, sendo esta a actividade municipal e financeira do Município." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

" Esta informação não vai ser votada, mas se alguém quiser fazer um comentário, faça favor." -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Já várias vezes se bem me lembro que falo nesse assunto e, eu queria aqui gratificar V. Exa. por ter tido todas essas iniciativas, mas nunca foi dado a nenhum deputado um número, um custo destas iniciativas todas na Assembleia Municipal, penso que deveriam ser informados desses valores ou pelo menos das participações da câmara municipal em termos financeiros e de outras actividades, porque na verdade nós como qualquer outro cidadão só temos conhecimento através do boletim municipal mais nada, mas penso que deveríamos ter acesso a essas informações de forma atempada. Muito obrigado.” -----

-----**2.2. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 39 - PCM / 2011, Ratificação da Declaração de Interesse Público do “Projecto de Execução da Remodelação do Sistema Autónomo de Abastecimento de Água de Barca de Alva”.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Trata-se de rectificar uma reparação que já é antiga para o município, porquanto as Águas do Zêzere e Côa vão proceder a uma substituição do banco de águas, se necessário mudar o depósito e a captação, pois é uma freguesia que chega a ter quatrocentas a quinhentas pessoas por dia e os nossos consumos esgotam completamente, daí ser necessário a Declaração de Interesse Público para poder prosseguir com esta remodelação.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. “ -----

-----**2.3. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 52 - PCM / 2011, Segunda revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Em termos de documentos técnicos e contabilísticos este ano vamos ter mais alterações a nível de agentes, dado os cortes que tivemos nas transferências do Orçamento de Estado. No caso concreto trata-se de aplicar o saldo da conta de gerência de 2010, associado aqui a rubricas deste ano, ou seja, na maior parte das vezes trata-se de um reforço com o saldo do ano anterior.”-----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**  
“Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. “ --

-----**2.4. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 53 - PCM/2011, Prestação de Contas 2010.**-----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**  
“Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Nas contas de 2010 houve algumas prestações como sabem, em que havia umas candidaturas a fundos comunitários e portanto foi um ano regular, pois dentro da normalidade foi estratégico, porque a situação financeira foi tratada aqui na Assembleia Municipal, em termos de autorização bancária para as obras do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, o que significa que obtivemos essa receita, que aumentámos a nossa receita de capital e que essas verbas foram aplicadas em obras do quadro Comunitário de Apoio. Relativamente a obras mais expressivas realizadas em 2010, elas são da parte do conhecimento de todos pois sempre vieram aqui em todas as informações, mas destacava aqui as despesas com os transportes escolares, com novas instalações desportivas, assim como todo o apoio que tem sido dado às escolas, com os combustíveis no aquecimento de pessoas, estádio municipal e escolas, encargos com instalações designadamente nas obras do Ninho das Empresas, na requalificação das escola de Castelo Rodrigo, com a criação da Escola de Desportos Náuticos em Barca de Alva a qual já se encontra em adiantado estado de construção, com a praia fluvial das Cinco Vilas que o Senhor Presidente da Junta deseja tanto, com a requalificação do parque infantil da Vermiosa que está pronto, com o arranjo urbanístico do cais da Barca de Alva, com obras no Bairro das Arroteias, com o arranjo e alargamento da Estrada entre Vale de Afonsinho e Freixeda que já está nos acabamentos, com a requalificação do Largo do Espírito Santo em Escalhão, concluímos a ligação entre Vale de Afonsinho e Cidadelhe, requalificámos a estrada entre Escarigo e Vermiosa, tal como outras obras que entretanto terminaram em 2009, mas que em termos de pagamentos transitaram para o ano de 2010 e, foram estas essencialmente as despesas de capital realizadas.” -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Na minha opinião penso que está tudo muito mal, tanto que eu trouxe um documento escrito para que todos vocês possam saber o que de facto está mal, infelizmente. -----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, Exmo. Público. Esta minha intervenção aborda a **Aprovação do Relatório e Contas de 2010**. Em devido tempo, queixei-me que as actas, nas minhas intervenções, não reflectiam em nada o que eu declarava nesta Assembleia, aparecendo frases soltas, descontextualizadas, sem nexos de causalidade e efeito o que alteravam todo o sentido da intervenção, modificando mesmo o seu conteúdo. Conforme informei o Sr. Presidente desta Assembleia, as intervenções que julgue mais importantes passarei a fazê-las, por escrito, para que não restem dúvidas. Enviá-las-ei, por e-mail, para que fiquem a constar na respectiva acta. Antes de mais, quero advertir que a análise que vou fazer das contas não tem, rigorosamente, nada a ver com questões pessoais ou políticas, apenas **com questões técnicas de gestão e administração da autarquia**, que conforme a sua qualidade, assim nos beneficiam ou prejudicam a todos. Continuo a acreditar que as pessoas estão dispostas a reflectir sobre os actos de gestão que praticam no sentido de vir a melhorar as coisas em vez de as piorar. Assim, passo a transcrever algumas rubricas do relatório, que todos têm ou deviam ter na sua posse: -----

<b>-----Receitas: -----</b>	
-----Receitas correntes.....	5.823.977,06€-----
-----Receitas de Capital .....	2.984.416,75 €-----
<b>-----Total (1) .....</b>	<b>8.809.712,81 €-----</b>
----- (1) Excluindo o empréstimo de 4.600.000,00€ -----	
<b>-----Total das Despesas Assumidas: -----</b>	
-----Despesas correntes.....	7.816.217,07€-----
-----Despesas de Capital.....	6.668.030,35€-----
<b>-----Total.....</b>	<b>14.484.247,42€-----</b>
<b>-----Despesas Pagas: -----</b>	
-----Despesas correntes .....	6.577.506,85€-----
-----Despesas de Capital .....	2.330.295,66€-----
<b>-----Total.....</b>	<b>8.907.802,53€-----</b>
----- <b>O Saldo de caixa para a gerência do ano de 2011, está rubricado com o valor de 4.845.115,30€, onde se inclui um empréstimo de 4.600.000,00 Euros, aprovado pela Assembleia no ano de 2010.</b> -----	

-----Significa que, dos **14.484.247,42** Euros assumidos de despesa, tiveram cobertura orçamental apenas e tão só **8.907.802,53€** Euros a que corresponde um défice de **5.576.444,89€**.-----

-----Vale isto por dizer que o empréstimo de **4.600.000,00€** Euros já não é suficiente para pagar todos os compromissos assumidos. Seria necessário outro de cerca de **1.000.000 Euros para liquidar todos os compromissos assumidos, à data de 31/12/2010!** -----

-----Ora, segundo a situação dos contratos, que faz parte do relatório de Contas, nem a Construção de Pavilhão Multi-Usos, com um custo de contrato de **2.606.603,28€**, nem a construção do Mercado Municipal Coberto, com um custo de contrato de **687.968,60€**, foram contemplados com qualquer pagamento até 31/12/2010! -----

-----No mapa do endividamento do relatório de contas pode constatar-se que a dívida a médio e longo prazo passou de **2.967.571,00 euros, em 2009, para 7.283.653,00 Euros, em 2010 e no controlo das despesas pode ver-se que ficaram 2.642.316,89 euros por pagar, onde naturalmente estão as dívidas a curto prazo, o que totaliza uma dívida global de quase 10.000.00 Euros.** Muito pior do que o signatário previa! -----

-----Em devido tempo, escrevemos, pedindo ao executivo camarário que não fizesse estas grandes obras, com excepção do mercado, porque as Finanças Municipais não suportariam. -----

-----Votámos, isoladamente, contra o empréstimo, para que repensassem a situação. Até, a oposição (P.S.) elogiou o Sr. Presidente da Câmara, dando-lhe o seu voto e acusando o **signatário de “neo-liberal”, e que o seu discurso “era igual ao do Prof. Medina Carreira, que andava há 30 anos a dizer que o País ia a falência”.** -----

-----Parece, agora, certo, e já ninguém tem dúvidas, que o País está falido e o mesmo vai acontecer à Câmara Municipal se continuarem, a insistir em lançar obras desnecessárias, de utilidade duvidosa e sem retorno, servindo para alimentar o “ego” bem como utilizar os dinheiros para fins indevidos e desproporcionais às receitas.-----

-----Já avisámos, por diversas vezes, que este empréstimo, a juros constantes e eles estão a subir, dentro de dois anos, vai ter um custo de mais de **500.000,00 euros** no orçamento municipal, contabilizando os juros e as amortizações, e que irá acrescer aos **313.395,00 Euros** que foram pagos em 2010. -----

-----Ora, como acima se pode ver, **as receitas correntes foram de 5.823.977,06 euros e as despesas correntes de 7.816.217,07 Euros, havendo um défice nesta rubrica de 1.992.240,01 Euros, o que é grave muito grave para a sustentabilidade do Concelho!** -----

-----Se acrescentarmos a estas despesas, os encargos do empréstimo e as despesas correntes que vão gerar o Pavilhão Multi-usos e o Centro Náutico, depois de prontos, onde vai a Câmara arranjar receitas? -----

-----Por outro lado, foram transferidos subsídios a favor de entidades públicas e particulares de **1.603.886,77 Euros**. -----

-----Destes, as 17 Juntas de freguesia receberam tão só e unicamente **89.538,82 Euros**, uma verba insignificante para as obrigações das Juntas de Freguesia, com vista a conservação e valorização do território Municipal, a cargo 100% da administração das Juntas de Freguesia.

-----Da apreciação individual dos subsídios pode constatar-se que a extinta **Figueira Verde** foi contemplada com **160.841,01€**, quase o dobro dos subsídios atribuídos as 17 Freguesias; a Cultura e Tempos Livres com **746.701,00€**, totalizando **997.080,82,00 €** (incluindo as Freguesias). -----

-----Resulta daqui que foram atribuídos subsídios a particulares e Associações (**286**), a maior parte deles com fins lucrativos de **606.805,90€**. -----

-----Chega-se ao ponto de dar subsídios a particulares que se passeiam em carros de luxo, enquanto se retiram as verbas às Freguesias para a conservação e melhoramento dos caminhos, ao mesmo tempo que não se pagam obras mandadas fazer pela Câmara Municipal! -----

-----Temos de admitir que não é esta a melhor maneira de gastar os dinheiros públicos e que a transferência dos dinheiros do Estado bem como do produto dos impostos que pagamos directamente para os cofres do Município se destinam fundamentalmente aos gastos das suas necessidades territoriais, nas mais diversas vertentes, e ao funcionamento de todos os órgãos do Município. -----

-----Ora, as Freguesias são parte integrante do Município, devendo ser as primeiras a ser contempladas com os poucos recursos financeiros passíveis de transferência. -----

-----Fazer o contrário é inverter a valoração e uso dos dinheiros públicos, o que é inaceitável, a todos os títulos. -----

-----Transferir receitas de capital, para despesas correntes que são distribuídas, por sua vez a particulares, e ainda por cima com recurso a empréstimos, só pode ser **inaceitável, e irresponsável**. -----

-----Que me perdoem todos os beneficiários mas uma administração com estes contornos será o suicídio do Concelho a prazo. Não se venha dizer depois que foi a crise financeira do Estado que provocou o descalabro. -----

-----O descalabro começou com esta gestão de distribuição de recursos indevidos, sem posses, conjuntamente, com o lançamento de obras novas desnecessárias, sem retorno, geradoras de despesa corrente e de utilidade duvidosa. -----

-----Não temos nada a opor ao relatório Técnico e as Contas que, obviamente iremos aprovar. -----

-----Porém, não podemos dizer o mesmo quanto à gestão dos recursos financeiros da Câmara Municipal que consideramos “**censurável**” e “**irresponsável**” temendo pelo futuro do nosso Concelho, tanto em termos de coesão, como de sustentabilidade em todas as vertentes: sociais, económicas e humanas, atenta a contracção da economia e a crise financeira do Estado que vai ter como consequência a diminuição das receitas municipais. -----

-----Continuo acreditar que haja bom senso...nas opções.... -----

-----Eu não sei sinceramente onde é que o Senhor Presidente vai cortar para cobrir dois milhões de euros em despesas correntes, porque já está a gastar dinheiro nas receitas de capital que foram transferidas, pelo menos quinhentos mil euros segundo diz o Revisor Oficial de Contas, o qual também acrescenta que não se pronunciaria sobre a gestão, uma vez que isso é da responsabilidade do órgão executivo, mas no relatório apresentado aponta para possíveis explicações por parte das Águas do Zêzere e Côa à câmara municipal sobre o que terá acontecido aos 499.811 euros em facturas e notas de crédito que não foram registadas contabilisticamente, em que a resposta dada prende-se com questões pendentes em tribunal e, eu gostaria de saber quais são essas questões, em que situação se encontram essas contas.” -----

----- **Nelson Rebolho Bolota, Deputado Municipal:** “ Depois de uma análise tão pormenorizada de um especialista nesse assunto e, o que eu queria fazer era um reparo no que diz respeito aos subsídios atribuídos a pessoas individuais, empresas, associações sem fins lucrativos, porque não percebo qual é o critério na sua atribuição, tanto que me dei ao trabalho de pesquisar quais os subsídios dados a algumas associações, pois dou-lhes um exemplo a Associação de Produtores Florestais recebeu zero, quando ainda à pouco o Senhor Presidente elogiou os trabalhos de limpeza de algumas matas que embelezam

de certa forma o concelho, mas no entanto foi completamente esquecida. Esta associação tem cerca de 300 sócios, quando existem aqui outras com menos associados como a ADS, que recebeu um subsídio de dois mil euros e a Associação Florestal nada. Assim gostaria de saber qual é o critério adoptado, isto é, porque é que uns recebem e outros não e, era isso que eu queria saber. Obrigado." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:"**

Antes do Senhor Presidente da Câmara responder gostaria de fazer aqui uma observação, porque eu leio normalmente quase sempre as actas da câmara municipal e, tenho achado que não existe um grande desfasamento entre os elementos do executivo. É certo que como partido que tem a maioria não precisava de mais nada, mas mesmo assim não tenho notado que houvesse uma grande diferença. Eu tenho ideias muito próprias a este respeito, mas como digo os meus conhecimentos sobre contabilidade confesso não são muitos. Acontece também que conheço o Distrito da Guarda todo, os seus políticos, especialmente os do poder local e, ouço sempre observações muito elogiosas sobre o nosso concelho, o que me dá um certo alento e uma certa segurança. Neste momento em que todos nós estamos aqui, inclusive o autor desta moção que vai passar para a acta em que nos descreve um quadro muito negro do executivo camarário e sinceramente que eu começo a sentir-me um bocado incomodado, porque eu converso bastante como não poderia deixar de ser com o Senhor Presidente da Câmara e acho-o calmo, consciente, sossegado e entusiasmado e, ele tinha confiança comigo sobre todos os motivos para me colocar ao corrente da situação, o que não sucedeu, pois estava com a consciência tranquila e acima de tudo com aquele espírito que deve ter um gestor responsável e consciente. Eu gostaria de pedir aqui a todos, porque estamos metidos num buraco grande, que daqui por um ano estarmos aqui e dizermos assim, afinal o quadro negro que se desenvolveu à nossa frente realizado por um especialista em contabilidade e finanças, que está publicamente provado, que é o Senhor Deputado Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal, o Dr. Teodoro Farias, não se concretizou, porque eu ficaria completamente de rastos se daqui por um ano eu viesse a verificar que se abateu uma bomba extraordinária no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Deixo isto à consideração de todos vós, porque todos temos uma palavra a dizer. Senhor Presidente da Câmara tem como não poderia deixar de ser o direito da defesa." -----

----- **Sérgio André da Silva Ribeiro, Deputado Municipal:**” Boa-tarde a todos. Senhor Presidente, Senhores elementos da mesa e caros colegas de bancada. Eu não sou especialista em contas, de maneira que não é contra as contas e as análises que vou tecer algumas considerações. Vou só remeter, já que o Dr. Teodoro Farias não esteve presente na última Assembleia para uma passagem do Senhor Presidente da Câmara, em que acho que pode esclarecer algumas das dúvidas do Senhor Deputado, a qual está registada em acta e daí acredito na sua veracidade, diz que portanto estas três obras e estamos a falar do Mercado Coberto, do Pavilhão Multiusos e do Centro Náutico de Barca de Alva, pois não seria de outro modo, uma vez que não avançaríamos com elas se não houvessem financiamento, o qual poderá ir até 85%, por isso em boa -hora as lançámos porque vamos conseguir com que o Mercado Coberto e o Centro Náutico sejam subsidiados entre 80 a 85% e para o Pavilhão Multiusos só não serão esses valores porque não tem uma temática só de desporto, mas com certeza que foram financiadas também, e agora estou a dar a minha opinião, não em termos contabilísticos e financeiros porque não sou perito nessa temática, mas para dar a minha ideia sobre as obras que são realizadas no concelho, pois se de facto tem esta comparticipação então não sei o que se passa e também não acho que sejam de utilidade desnecessária, porque tal como o Dr. Salvado disse, confio que daqui por um ano se fizerem uma análise esse quadro negro não se concretizará. Muito obrigado.” -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:**” Boa-tarde a todos. A única situação que gostava que o Dr. Teodoro Farias no fundo me explicasse era o seguinte, já que eu não percebo nada de contas, qual é a dívida real da câmara municipal, no sentido de termos uma noção do que devemos a curto, médio e longo - prazo, ou seja, que nos esclarecesse devidamente sobre o assunto.” -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal:** “ A dívida real neste momento são perto de três milhões de euros e só estou a incluir as despesas fixas porque existem as gerais, mas julgo que o importante aqui não são as despesas de capital, tanto que há um empréstimo para pagar essas despesas, mas penso que estamos a distorcer a estabilidade financeira da câmara, porque o Senhor Presidente da Câmara gastou 7.816.217,07€ em despesas correntes quando só tem 5.823.977,06€ e, toda a gente sabe que este ano o Estado vai transferir menos verbas, isto quando estamos a gerar mais despesa corrente, pois o dinheiro do empréstimo contraído só serve para as despesas de

capital desde que seja investido e, portanto todos esses juros que já pagamos do empréstimo até 2009 e o que vamos pagar na ordem de 4.600.000,00€, com a agravante e eu chamei aqui a atenção de que os juros na Europa tinham que tem a obrigação de se enquadrar dentro da conjuntura e não começar a investir, a investir, a investir não pensando no dia de amanhã que vamos receber menos, ora se vamos receber menos e gastar mais como é que vai ser no dia de amanhã, vamos despedir pessoal, fechar o Ninho das Empresas, as Piscinas Municipais, o Pavilhão Multiusos, o que vamos fazer? Nas Juntas de Freguesia não pode cortar mais, pois não tem dado dinheiro e podem ficar descansados que não vamos receber mais nenhum, pois este ano recebemos mil e o ano passado quase um milhão e portanto as Juntas já não tem nada, agora vamos ver no resto onde é que vamos cortar, é aqui na Casa da Cultura, ou seja, na casa da Cultura e na Figueira Verde gastaram 900.000,00€ e agora vamos cortar nelas, vamos fechá-las? Não, o Senhor Presidente vai ter de explicar para onde vai o dinheiro das contas correntes, porque existe aqui um desequilíbrio aqui tão grande, de quase dois milhões que eu não sei onde é que vai buscar receitas para o futuro, ninguém tem dúvidas sobre isso." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Chegou o momento, o repto está lançado, Senhor Presidente tem direito à sua defesa."

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Presidente em me dar esta oportunidade para poder explicar toda esta situação. O Deputado José Orlando fez a questão a um ilustre Deputado de quanto seria a dívida da câmara municipal nos próximos anos. Neste momento a dívida líquida e legível são três milhões e novecentos mil euros, ou seja, são menos de quatro milhões de euros, esta é a dívida líquida e legível no seu total e, podem-nos comparar com todas as câmaras do país inteiro, inclusivamente com câmaras de grande dimensão. Ao Senhor Enfermeiro Sérgio Ribeiro gostaria de dizer ao Senhor Deputado que lhe queria aqui reforçar a ideia de que o não o vou deixar ficar mal. Ao Senhor Engenheiro Bolota gostaria de lhe explicar como é que nós atribuímos subsídios, como é que as entidades públicas atribuem subsídios? Eu atribuo subsídios no caso de arruamentos, de bolsas a estudantes, da acção social, de iniciativas, de grupos privados e não privados, de entidades com interesse municipal e, depois a Associação de Produtores Florestais já recebeu cerca de cinco mil euros tanto quanto sei e, neste momento mesmo que o quiséssemos fazer não podíamos, mas também não temos de estar sempre a apoiar as mesmas entidades porque existe uma Agência

Portuguesa Florestal que cobra uma percentagem sobre o imposto de produtos petrolíferos para apoiar as Associações de Produtores Florestais e, se não o faz está a ser arbitrária a estes, mas o Município tem de ter estratégia e atribuímos um subsídio à ADS porque estávamos em risco de perder as vacinas para os nossos animais e não podíamos perder isso, tanto que temos o dever estratégico de apoiar uma associação no nosso direito de exercício, pois é dentro das especificações e dos compromissos em respeito pela lei habilitante, é que nós podemos ajudar uma das associações em detrimento de outras, pois é o que sempre fazemos, não há um histórico, porque eu lembro-me que quando ajudámos a Associação de Produtores Florestais que por prestar serviços para a Câmara Municipal lhe fazíamos a manutenção de equipamentos e, portanto os subsídios são atribuídos na base de racionalidade, assistência social, iniciativa e de compromisso. Quanto ao Dr. Teodoro Farias gostaria de lhe dizer que se estivesse tudo mal não estaríamos aqui a gerar economias e postos de trabalhos locais, a alterar a dedução de IRS, a mudar taxas, estaríamos aqui a anunciar aos deputados que não tínhamos dinheiro e, não é isso que estamos a fazer a análise das contas passadas, estamos a falar do presente com o compromisso pleno de que estamos a fazer aquilo que devemos, porque quando lançamos uma obra de vários milhões de euros, para o Dr. Teodoro tanto lhe faz dois mil e seiscentos como quatro milhões de euros para ele é igual, mas quando nós iniciamos uma obra que achamos que é necessária, um investimento, é para dar apoio à venda de produtos, à produtividade e restauração locais, é para trazer energia, fluxos financeiros, gente para o território. Entretanto se nós não tivermos bem a certeza e trouxermos uma parte do endividamento para nós, nunca iremos gastar o dinheiro do empréstimo em despesas correntes, isso é que me perdoem, nunca o fiz durante estes dois mandatos nem ninguém nesta câmara o faz e, o Senhor Deputado não pode dizer que andamos a utilizar dinheiro do empréstimo das despesas de capital para as correntes, isso não o fazemos nem nunca o iremos fazer, também não pode dizer que não damos nada às Juntas de Freguesia, não tem o direito de falar nelas, pois não contabilizar todas as obras que realizamos em todas as freguesias, porque apesar da verba atribuída de cerca 89.538,82€ foram para obras que efectuaram durante o ano, mas existem obras que o município faz em cada freguesia que não foram aqui contabilizadas. Por outro lado, como economista que é, peço desculpa que lhe diga, não pode dizer que um empréstimo não é uma receita, então quando amortizo o empréstimo é uma despesa, isto é, quando pago

os juros ao banco e, atenção que nunca falhámos nenhuma prestação em juros nas dívidas de execução de capital, desde o empréstimo à barragem, ao edifício da Casa da Cultura, para a Zona Industrial, assim como os empréstimos realizados por esta Câmara Municipal no passado, nunca falhámos um prazo, uma prestação, então não é uma despesa quando pagamos os juros da amortização, portanto tem de ser uma receita quando nós pedimos dinheiro ao banco, ou nesse caso o Dr. Teodoro Farias também tem de contabilizar em despesa os juros de capital e faz de conta que temos aí o dinheiro em termos contabilísticos, aquilo é só uma contabilística é não é uma despesa, ou seja faz de conta que pagámos ao banco e temos aí o dinheiro, não é assim porque quando pagamos ao banco ficamos sem o dinheiro, quando pedimos ao banco é uma receita, é uma operação contabilística de grau económico. Por isso se levarmos em conta os apoios dados às Associações não vou o questionar, pois nós ao ajudar a Casa da Freguesia de Escalhão, estamos a apoiar uma entidade local com cerca de quarenta trabalhadores, numa freguesia para o concelho, tal como apoiamos um lagar de azeite ou uma ADS, ou uma associação cultural em que estamos a auxiliar em primeiro lugar, em que estamos a apoiar no âmbito de interesses culturais que são importantes para o concelho, por isso não pode questioná-las como não sendo devidas nem passíveis de serem feitas. Relativamente a despesas correntes, todos nós sabemos que existe uma lei do Tribunal de Contas de há muitos anos, desde 1980, em que estabelecia um montante para as despesas correntes e de capital e esta está desfasada da realidade, pois todos os dias os Ministros, o Senhor Primeiro Ministro e Senhor Presidente da República mandam ter as Câmaras Municipais mais despesa social, por isso isto é um problema de todos, pois as contas de 2009 já foram aprovadas pelo Tribunal de Contas e estão correctas e as de 2010 certamente também serão, mas não existe câmara nenhuma neste momento que consiga cumprir a lei vigente, por isso essa diferença entre a despesa de capital e correntes entre investimentos e manutenção é necessário, tanto que eu já dei aqui o exemplo do Boletim Municipal de Wissous, com quem estamos geminados só tem actividades e reparações, pois tem tudo feito e, é o que se vai passar num futuro próximo em Figueira de Castelo Rodrigo, uma vez que não irá ser fácil investir nalgumas obras, isto quando temos de dar um maior contributo à economia social, o qual é solicitado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e pelos governantes, temos de ter alterada quando for efectuada essa alteração.

Portanto neste momento o dinheiro que temos foi para fins específicos, porque com Associações, Freguesias à míngua, com entidades sem dinheiro claro que temos menos dinheiro a prazo, mas temos, porque se fosse agora pedir um empréstimo não o permitiam, isto devido a outras câmaras que se endividaram demais agora paga o justo pelo pagador e, nós tivemos de pedir o dinheiro antes e, colocá-lo a prazo para o podermos aplicar nas obras do QREN - Quadro Estratégico Nacional, aprovado pelo Tribunal de Contas, por isso quando diz que a dívida do município é de sete milhões e duzentos mil euros não é dois milhões e seiscentos mil euros, porque quatro milhões quinhentos e cinquenta mil euros estão a prazo a render juros. Agora Senhor Deputado economista eu gostava mais que estivesse aqui hoje a agradecer-me por me estar a endividar com spreads de 1,75% do que com spreads a 4 ou a 5%, por isso penso que esta Assembleia se endividou em bom tempo com o meu voto, pois eu também votei favoravelmente no empréstimo, mas neste momento a Câmara Municipal tem dinheiro a prazo. Agora custa-me dizer que quando o Senhor Presidente de Junta se chega ao pé de mim e me pede vinte mil euros para pagar uma obra em que eu não posso dar-lhe aquele valor, nem atribuir-lhe um subsídio, porque o dinheiro é para aquele fim, o Tribunal de Contas aprovou-o para aquelas obras específicas do QREN - Quadro Estratégico Nacional e não posso dar-lhe outra finalidade senão perco o mandato. Neste sentido, do ponto de vista financeiro a Câmara Municipal de Figueira está bem, está a realizar investimentos sustentados, apesar de estarmos a ser financiados a 75% de facto tem toda a razão e, também só recebemos neste momento novecentos e trinta mil euros, mas como estamos a fazer obra, vamos buscar mais investimento para execução, no sentido de aumentar a percentagem junto da entidade gestora no quadro comunitário e, essa é a expectativa, mas creio que iremos buscar mais dinheiro a ser executado e, de facto a obra do Pavilhão Multiusos está a andar bem, quer queiram quer não e porventura estará pronta no principio do ano que vem e, claro no dia em for inaugurada passará a ser uma despesa corrente sem dúvida nenhuma, pois terá de haver custos de utilização. O que de muito estamos nós esta a fazer é racionalizar custos de gestão variados, tanto que eu pensava que o Senhor Deputado estaria contente por não termos despesas com salários, cento e trinta e um mil euros por mês, existem muitas autarquias do país com esta despesa, o que pode ser muito pesado para os seus trabalhadores. O Senhor Deputado devia ter mais verdade no que diz, não estou a dizer que terá querido mentir, mas omitiu esta situação de termos quatro milhões e

seiscentos mil euros disponíveis, pois quando comecei como Presidente da Câmara e todos vocês quando começaram como Presidentes de Junta, tínhamos encargos financeiros vencidos e a vencer de cerca de sete milhões de euros entre dívidas a bancos de dois mil e oitocentos euros, entre dívidas às Águas do Zêzere e Côa, de empreiteiros e a dívida de rating a fornecedores, tanto que foi assim que iniciei o meu discurso de tomada de posse ao dizer que tínhamos um compromisso de sete milhões e meio de euros e ao nível destes seis anos não temos esses compromissos temos menos temos três milhões de euros, para além de termos aumentado o nosso património, nossa rede viária, os nossos equipamentos, assim como temos apoiado muito mais associações do que apoiámos no passado e, portanto isto é indesmentível, são números, são factos. Agora o Senhor Deputado apresenta números como se a dívida actual, a de capital fosse de sete milhões e duzentos euros e então os quatro milhões que temos a prazo não contam, porque estes quando foram investidos com taxas de 60, 70, 80 e 85%, sabe quanto é que representa este investimento no concelho em termos de obras públicas e, de facto por vezes sinto-me impotente quando as pessoas que me pedem emprego, comida, o que quer que seja e vêem estas obras grandes e, não percebem como é que eu não tenho dinheiro para coisas pequenas e tenho para obras grandes, mas é assim dentro do Quadro Comunitário a defesa de oportunidades no quadro de Referência Nacional assinou e acordou e, estamos de facto a conseguir, agora também há empregos à empregabilidade local com regras e, não existe mais mão - de - obra porque as pessoas não andam lá a pedir emprego e, na maior parte das vezes não conseguem executar convenientemente as suas tarefas, pois infelizmente existe essa realidade, porque eu também queria que estas obras gerassem mais empregabilidade local para ajudar pessoas dependentes de um apoio social ou que precisa de uma outra oportunidade de trabalho. Agora neste momento não podemos olhar para as contas de 2010, num quadro de crise e de dificuldade e dizer que não são justas, racionais ou de boa gestão, porque praticamente apoiaram tudo menos a subida de impostos, mas expressar a ideia de que se chega ao ponto de dar subsídios a particulares que se passeiam em carros de luxo, pois gostava muito que concretizasse essa frase porque não pode dizer só isso, isto porque a Câmara Municipal dá subsídios ao investimento, à produtividade, à plantação, à modernização do comércio e da indústria, assim como pela criação de um posto de trabalho e, portanto eu gostava de saber que subsídios é que atribuímos a particulares para se passearem em carros de luxo e, eu queria que explicasse

essa frase que afronta os cidadãos de Figueira de Castelo Rodrigo que recebem subsídios. Muito obrigado."-----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Senhor Presidente, sinceramente eu tenho a certeza que é uma pessoa mais inteligente que o nosso Primeiro-ministro, mas parece que está a cair na mesma conversa, em que estava tudo bem, não tínhamos dívidas, não precisávamos da ajuda de ninguém e agora cá temos o FMI - Fundo Monetário Internacional para repor as receitas e, ainda bem, apesar das medidas que irão impor a toda a gente, mas pelo menos tenho uma esperança efectivamente para o país que se equilibra daqui a cinco anos, porque eu não concordo com os três, concordo que quanto mais tempo for, mais possibilidade o país tem de amortizar a dívida que eles vão trazer, mas aqui temos de aceitar aquilo que quiserem. Agora o Senhor Presidente, até o compreendo mas eu disse-lhe aqui muito claramente que o saldo de caixa para a gerência do ano de 2011 transitou com o valor de 4.845.115,30€, está escrito e enumerei que a Câmara Municipal tem dinheiro em caixa, só que também disse que tinha ficado a dever 2.642.316,89€, pois ficou a dever isto até 31 de Dezembro de 2011 e se tirar a isto os 4.600.000,00€ que não são de facto para este fim, mas para obras de capital tem as contas praticamente a zero, não sei se já reparou nisto e, portanto os compromissos que assumiu estão aqui preto no branco que só nas despesas correntes são 7.816.217,07€, despesas de capital 6.668,030,35€, agora se o Senhor Presidente só tem dois milhões e tal como é que vai pagar esses seis milhões seiscentos euros, está a contar receber quatro milhões de euros seguidos, está a pensar realizar sete milhões em despesas correntes este ano, é que se vier a fazer outras despesas correntes em 2011 só com os oitocentos mil euros tal como está no plano, certamente quando chegar ao final do ano faz outro empréstimo ou então não sei de onde vem o dinheiro, esta é a realidade, pois eu estou a chamar a atenção para o futuro, aliás eu já fiz referência a esta situação da outra vez e, já lho disse pessoalmente que o problema se iria centrar em 2013, só que agora não chegamos até lá, porque muito tempo antes disso vamos ter um défice astronómico, a não ser que façamos mais empréstimos e depois quem é que os paga? Tal como disse muito bem isto era para gastar em despesas de capital, mas o Senhor Presidente está a gastar em despesas de capital, pois gastou seis mil quinhentos e setenta e sete em despesas correntes e só recebeu cinco mil e oitocentos, portanto já houve uma transferência de despesa de capital para despesas correntes, não

pode negar são números, eles estão aqui escritos são verdadeiros. Também posso afirmar que até 2009 dei-lhe tanta confiança, que o apoiei como nunca tinha apoiado nenhum Presidente e, desde há uma atrás que houve uma mudança de 180 graus quer na assistência da Câmara Municipal quer em tudo, mas de facto a conversar com as pessoas, saber o que elas pensam, quais os seus interesses que aprendemos muito, não é virar-lhe as costas, porque depois faz asneira, pois ninguém vai entender que sensivelmente dos 17 Presidentes de Junta de Freguesia que os ajudaram a eleger não tem verbas sequer para conservar os caminhos, porque se temos dinheiro para cortar as silvas não temos para os consertar e vice-versa, uma vez que as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia são insignificantes que não dão para a despesa, mas poderá dizer que o Estado também lhes dá, só que esse montante é para despesas correntes porque para o território tem de ser a Câmara Municipal. Agora pode-me dizer que quer ajudar os pobres e a assistência social tudo bem, pois todos nós temos sentimentos e gostamos de ajudar, só que a Câmara Municipal recebe o dinheiro para administrar o território e não para dar dinheiro a essas pessoas, porque senão ao ajudar essas pessoas fica a Câmara endividada e, depois o Senhor Presidente da Câmara vai embora e deixa isto endividado e, depois como é que será a situação do próximo Presidente que vier para cá, não queira gastar o dinheiro todo, poupe as futuras gerações, deixe-lhes ficar alguma coisa que bem precisam, uma vez que também vão querer deixar o seu legado e fazer obra, por isso não tenha necessidade de as fazer todas de uma assentada, mas realizá-las dentro das suas possibilidades e, o resto deixe para a juventude porque eles também precisam de brilhar, pois um conjunto de gastos como estamos a efectuar está a assumir catorze milhões em obras, tanto que está a pagar contratos que não tem necessidade de os estar a pagar e nem acredito que os vá realizar com dinheiro que dispõem e neste momento já não pode contrair outro empréstimo para o endividamento. Eu só quero realçar que isto não tem nada de pessoal nem de político, simplesmente estou a dar a minha opinião." -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ O Senhor Deputado quando vem aqui e diz que o Senhor Presidente faz asneira, eu gostava que concretizasse essa ideia, porque claro que eu podia cruzar os braços e dizer que estamos em crise e não há obras para ninguém e, esta que é uma região que já está deprimida e com falta de pessoas não iria aguentar, pois não existia emprego nem oportunidade de trabalhar, nem competitividade entre as actividades locais e os seus produtos, não existiria

crescimento, alterações no território, pessoas a quererem comprar terrenos, pessoas a quererem fixar-se cá por termos bons equipamentos desportivos, culturais, entre outros. Eu não acredito que alguém tenha deixado ou não de investir por ter falado comigo, pois quando entrei para a Câmara Municipal tive de resolver o problema dos Lacticínios e sei da dificuldade que foi arranjar um investidor para ali mas não desisti e, todos os que investiram ao longo dos tempos uns com mais sucessos que outros. Por outro lado nós só nos endividámos no valor que podíamos, mas eu não penso trazer mais nenhum empréstimo para a Assembleia Municipal, além de que a nova lei não admite mais empréstimos àqueles que se possam endividar, o que não acontece à Câmara de Figueira porque nunca atingiu o nível de endividamento, por isso nós podemos pedir dinheiro, mas não nos emprestam porque no seu todo as Câmaras Municipais não se podem endividar, mas podem endividar-se sobre o valor que tem das amortizações realizadas no ano anterior e, portanto como amortizamos duzentos, trezentos e quatrocentos mil euros podemos enquadrar nessa situação, a qual poderá ser aproveitada se tiver uma oportunidade de financiamento para ir buscar dinheiro para o desenvolvimento da região, nos seus proveitos para a economia, nos impostos, na acção social, porque isso é importante para o território em termos de economia e dinamização social, mas assim o município não vai falir? Não, porque por exemplo eu dei cerca de cinquenta mil euros para o Lar de Algodres, já não temos de o voltar a apoiar já está feito, o mesmo se passa com o Lar em Escalhão e, ainda agora os voltámos a ajudar na parte de capital e manutenção do investimento e estão a gerar postos de trabalho quer o de Algodres quer seja o de Escalhão e agora estamos apoiar o da Reigada, Vale de Afonsinho e Vermiosa com o mesmo fim, o do desenvolvimento da economia social e espero sinceramente conseguir alavancar obras para que o nosso território progrida e que todos nós tenhamos orgulho nele e que vejamos como um bem antes de ser município ou freguesia do que ter um mandato brilhante. Claro que nas obras de 2010 e em todas as actividades da Câmara Municipal, lembro-me de todos os cortes e dificuldades no crescimento que tivemos de realizar, pois eu também gostava de ter tido o mesmo nível de receitas que em anos anteriores, assim como da redução do número de investimentos no Colmeal, pois como sabe o dinheiro é escasso e não se pode considerar todo esse esforço numa só freguesia, numa só obra. Muito sinceramente não acho que esteja a fazer asneira, só acho que estou a fazer o que um bom pai de família com conhecimento nesta situação o faria

o de antecipar as situações, porque depois um dia mais tarde podiam-me acusar de ter tido tempo e oportunidade para me endividar e não a ter aproveitado e agora está como outras câmaras, assim como dizer que estamos juntos à Câmara de Almeida e Pinhel à Câmara da Guarda na modernização administrativa e, Figueira não devia nada e agora vão para lá eles a dever muito e agora devemos nós os três, comentários desse género e, isso é que seria tremendo para mim, mas eu quero quando chegar ao final e estar de consciência tranquila e dizer isto está bem, está a funcionar, a câmara está solvente, está a pagar os seus compromissos e orgulho-me muito se ela através dos investimentos realizados vierem a gerar impostos e taxas locais, isto porque estes projectos para os quais pedimos empréstimo tem capacidade para serem sustentáveis e, o único grande receio de qualquer um de nós, é que os governantes já nos disseram que vão tentar reduzir as taxas e, é muito caro pagar taxas para o saneamento, sendo este o grande credor financeiro que deixamos para o futuro, mas isto é o sistema municipal que não está bem e, tem de existir uma compensação por parte do governo para corrigir esta situação para nos subsidiar e aí já desceriam pela metade e seriam valores mais aceitáveis. Por outro lado, a nível das freguesias, quantas obras é que fizemos e estamos a fazer, pois claro se a freguesia de Vale de Afonsinho não tem trinta mil euros para um Lar, claro que a Junta de Freguesia já não recebeu essa quantia porque foi para o Lar, tal como em obras de interesse social, comunitário e económico que gera postos de trabalho penso que é tudo para a freguesia, agora não nos podem exigir este ou aquele dinheiro para a freguesia, tanto que para a Reigada foram atribuídos oitenta mil euros para a obra do Centro Social do Lar de Terceira Idade, apesar de não ser competência da Câmara Municipal, mas contudo temos essa preocupação de precaver a empregabilidade para o futuro, designadamente a das mulheres nas aldeias, porque cada Lar aberto reverte-se na economia social e gera uma economia local e, agora vamos lançar uma promoção do ponto de vista social para que aqui as pessoas optem por estes territórios para passarem a terceira idade. Segundo o que me recordo o Senhor Deputado também assinou e aprovou, pois nós estivemos a votar aqui o Orçamento para este ano e, eu disse desde o início que tínhamos um montante, o qual tinha de ser usado em obras do QREN - Quadro de Referência Nacional, o qual tem de ser executado e, estamos a fazer o que deve ser feito para esse fim, tanto que nos disponibilizámos para construir o novo Centro de Saúde, pois para a Câmara Municipal seria um bom investimento na medida em que pagaríamos de 6% de IVA, teríamos um

financiamento na ordem dos 85%, ou seja, no seu limite e, então mandámos para a ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda uma proposta de Câmara Municipal ser o responsável pela obra uma vez que já tenho o dinheiro em orçamento, eles ajudavam a fiscalizar e a lançar a obra e, no fim aprovaríamos em Assembleia a possibilidade de passar novamente para as mãos da ULS - Unidade Local de Saúde para poderem gerir o pessoal, os enfermeiros, os médicos e a logística. Para além disso tentei saber em Coimbra se apoiavam a obra a 85%, ou seja, o impacto da Câmara Municipal seria de 15% e sem nenhum encargo para o Ministério da Saúde, isto mais nenhuma Câmara no país o fez, mas depois vá-se lá saber porquê e movidos por interesses, pois chegaram a dizer que sim, mas a ULS mudou de ideias e enviaram-nos uma carta a dizer que o acordo já não poderá ser assinado devido a alterações verificadas no âmbito do QREN, a Câmara Municipal já não poderá a realizar a obra e eu não percebo face à disponibilidade que mostrámos em executá-la e, temo até que localmente tenha havido pessoas contra este interesse municipal de sermos nós a realizá-la, a qual seria da maior importância para aqui fixar pessoas, porque a saúde é sem dúvida uma das condições que as pessoas elegem para se fixarem nestes territórios, porque um Centro de Saúde novo e com boas condições era óptimo para a fixação de quadros, mas agora estamos expectantes para que a ULS - Unidade Local de Saúde o faça. Claro que me podem dizer porque é que a Câmara Municipal queria realizar uma obra que é da responsabilidade do Ministério da Saúde, porque nós tínhamos a verba, podíamos realizar a obra e o Ministério da Saúde ainda nos pagavam os 15% que faltavam e pagaríamos a taxa de IVA a 6% em vez de 23%. Neste momento tudo está complicado nas contribuições para o futuro, pois nós vamos ter cortes ainda este ano impostos pela troika e eu estou receoso desse dia. Eu sei que dava oitenta mil euros à freguesia de Algodres para gastar no Lar de Terceira Idade e não pagavam taxa de IVA e agora passaram a pagar 23%, o mesmo se passa se atribuir uma verba desta natureza para uma Freguesia ou Associação neste momento. Agora não posso enquanto gestor local, olhando para os números e possibilidades de financiamento, de investir e de alavancar a economia local não posso deixar de realizar as obras que achar que são importantes, mas também muito temos muitos da administração a trabalhar contra os interesses do desenvolvimento local." -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente de Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Era só para dizer ao Senhor Presidente da Câmara e deixar ficar uma sugestão que em tempos de crise estar a tentar criar um estado social, mas como é que daqui a algum tempo vai conseguir fazer face a tantas despesas correntes e em que sectores é que iria actuar, pois nas Juntas de Freguesia já não poderia diminuir mais e portanto quais eram as próximas áreas, pois tem de apurar isso, para poder equilibrar as contas, uma vez que o Senhor Presidente está a falar em despesas de capital recorrendo a empréstimos e eu estou-lhe a falar em despesas correntes, pois estão desequilibradas em cerca de dois milhões de euros o que é muito dinheiro para a Câmara Municipal nesta altura.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Nestes assuntos de contas e contabilidade temos de ter fé, tendo em conta a situação económica que o nosso país atravessa. Agora sendo eu um humanista também tenho aprendido muito nesta casa, pois estou a aprender uma distinção, em que um bom gestor não implica que seja obrigatoriamente um bom financeiro, porque um bom financeiro pode ser um mau gestor, esta é a minha opinião. Colocada à votação foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Henrique Manuel Ferreira da Silva, José Maria Quadrado Tondela, José Orlando Sousa Mano, Nelson Rebolho Bolota, Cristiana Amélia Nunes Mendes, António José Lourenço Quadrado e Pedro Manuel Morgado Darei, Presidente da Junta Freguesia de Castelo Rodrigo. “ -----

-----**2.5. Análise, Apreciação e Aprovação da Certificação Legal de Contas.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Colocada à votação foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Henrique Manuel Ferreira da Silva, José Maria Quadrado Tondela, José Orlando Sousa Mano, Nelson Rebolho Bolota, Cristiana Amélia Nunes Mendes, António José Lourenço Quadrado e Pedro Manuel Morgado Darei, Presidente da Junta Freguesia de Castelo Rodrigo. “ -----

-----**2.6. Análise, Apreciação e Aprovação do Relatório sobre a fiscalização às demonstrações financeiras do Município, reportada a 31 de Dezembro de 2010.** -----

**Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Colocada à votação foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Henrique Manuel Ferreira da Silva, José Maria

Quadrado Tondela, José Orlando Sousa Mano, Nelson Rebolho Bolota, Cristiana Amélia Nunes Mendes, António José Lourenço Quadrado e Pedro Manuel Morgado Darei, Presidente da Junta Freguesia de Castelo Rodrigo. “-----

-----**2.7. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia bem como do seu substituto que, em representação de todas as Juntas de Freguesia desse concelho, participará no XIX Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.** ----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “-----

-----**Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:**” Logo na primeira sessão da Assembleia Municipal procedeu-se a eleição de vários nomes para lugares distintos, desde a CPCJ, o Conselho Municipal da Juventude, na Assembleia Intermunicipal da COMURBEIRAS, entre outros, também elegemos o Presidente de Junta que seria o nosso representante na Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas esta enviou-nos um ofício sobre a alteração do elemento do Presidente de Junta de Freguesia que se fará representar nesses dias no Congresso Nacional de Municípios Portugueses, que decorrerá em Coimbra. Nesse sentido colocaria a proposta se não poderíamos manter a mesma representação uma vez que foi eleita por todos. Caso contrário faremos aqui a eleição aqui e, eu passarei a informar os elementos que estavam que era como representante efectivo o Presidente de Junta de Figueira de Castelo Rodrigo e como seu substituto o Presidente de Junta de Freguesia de Vilar Torpim. Assim se não houver ninguém contra manteremos os mesmos elementos, uma vez que já tinham sido eleitos para esse fim.”-----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Deputado Municipal:** “ Na minha opinião penso que não será necessário ir a votação, porque estes foram os elementos eleitos para este efeito e não faria sentido estar a alterá-los decurso do mandato.”-----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.” ----

-----**3. Outros assuntos:**-----

-----**3.1. Correspondência recebida e outras informações.**-----

-----**Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:**” Se me permite Senhor Presidente, só para lembrar esta Assembleia que no próximo dia 1 de Maio o Conselho Municipal da Juventude, em que aqui estão presentes três dos seus

elementos, irá realizar um passeio de BTT entre Figueira de Castelo Rodrigo e Barca de Alva e passaremos por Almendra de uma forma simbólica, uma vez que se reacendeu o debate pela reabilitação e revitalização da Linha do Douro e como forma de pressão para que se volte a falar desta questão, uma vez que já esteve para ser assinado um protocolo a este respeito, nas vésperas das eleições legislativas em 2009. Estão todos os membros convidados para participarem neste passeio, o qual é por uma causa muito nobre e justa.”

-----**3.2. Intervenção do público.**-----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “

Quanto à intervenção do público, ninguém manifestou vontade em intervir. “-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente acta fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do artigo 40º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezassete horas, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Mário José Pimentel Saraiva Salvado.-----



